



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Quarta-feira, 03 de dezembro de 2025 às 08:42, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 7795007: PORTARIA Nº 35/FUNDAI/2025 DISPÕE SOBRE A
REGULAMENTAÇÃO DE PARECER TÉCNICO PARA
COMPROVAÇÃO DA VEGETAÇÃO EXISTENTE EM IMÓVEL
RURAL EM 22 DE JULHO DE 2008**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Içara

MUNICÍPIO

Içara



<https://diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:7795007>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA

PORTARIA N° 35/FUNDAI/2025

**DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE
PARECER TÉCNICO PARA COMPROVAÇÃO
DA VEGETAÇÃO EXISTENTE EM IMÓVEL
RURAL EM 22 DE JULHO DE 2008.**

A DIRETORA SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IÇARA – FUNDAI no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 1807/2002 que institui a fundação municipal de meio ambiente e com os princípios e diretrizes da Política Municipal do Meio Ambiente instituída pela Lei Municipal 1806/2002:

Considerando o aumento significativo e continuado das demandas administrativas, ministeriais e técnicas relativas à verificação, regularização e comprovação da situação da vegetação em imóveis rurais, com especial atenção aos procedimentos que exigem análise retroativa — em particular, a avaliação da vegetação existente na data de 22 de julho de 2008;

Considerando a necessidade de padronização metodológica e técnica para a elaboração de pareceres técnicos que visem a avaliar a vegetação existente na referida data, de modo a assegurar uniformidade de critérios, transparência, isonomia de tratamento entre os interessados, consistência técnica dos laudos e segurança jurídica para os atos administrativos dela decorrentes;

Considerando a definição de Reserva Legal nos termos do art. 3º, inciso III, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e demais normas relacionadas à proteção da vegetação nativa e à organização do uso do solo em áreas rurais;

Considerando a Lei Complementar Federal nº 140/2011, e, em especial, o disposto em seu art. 3º, inciso I, que estabelece como objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício da competência comum, a proteção, defesa e conservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a promoção de gestão descentralizada, democrática e eficiente;

Considerando os princípios da administração pública, em especial os princípios da eficiência, da isonomia, que norteiam a atuação da Administração na condução de procedimentos técnicos e administrativos ambientais;

Considerando a previsão legal da cobrança de taxas para a elaboração de parecer técnico por Órgãos da Administração Pública de Içara/SC nos termos do art. 2º da Lei Municipal 3344 de 11 de dezembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta os requisitos, a documentação, a metodologia, os prazos e a cobrança de taxa para a elaboração de parecer técnico destinado a avaliar a situação da vegetação existente em imóvel rural na data referencial de 22 de julho de 2008, exclusivamente para fins de instrução de processos administrativos e comprovação técnica da situação fática àquela data, nos termos da legislação aplicável.

Art. 2º O presente ato aplica-se a todo e qualquer requerimento apresentado à Fundação que vise à emissão de parecer técnico sobre a vegetação existente em imóvel rural à data de 22/07/2008.

Art. 3º O requerente deverá apresentar, em via eletrônica os seguintes documentos mínimos:

- I. Requerimento escrito e justificado contendo a finalidade do pedido e dados de contato do requerente;
- II. Documentos de identificação da pessoa física (CPF, RG) ou da pessoa jurídica (CNPJ, contrato social/estatuto e representação legal), bem como procuração quando aplicada;
- III. Matrícula do imóvel atualizada;
- IV. Estudo técnico-ambiental, assinado por profissional habilitado e acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), contendo expressamente a mensuração da quantidade de vegetação, a descrição metodológica aplicada e seu percentual em relação à área total do imóvel, considerando como data-base a de 22 de julho de 2008;

V. Relatório de análise multitemporal do imóvel, com indicação das bases de dados utilizadas (imagens orbitais, ortofotos, documentos cartográficos e outras fontes), sequência temporal consultada, metodologia de processamento (classificação, índices de vegetação, comparação de mosaicos) e produto cartográfico que permita reproduzir a análise;

VI. Arquivo georreferenciado (shapefile) contendo:

- a) o perímetro do imóvel;
- b) o polígono(s) da(s) área(s) com cobertura vegetal existentes na data de 22/07/2008;
- c) a delimitação das APPs identificadas;

VII. Fotografias históricas e atuais, quando disponíveis, e demais documentos comprobatórios que o requerente possua.

Art. 4º A solicitação de parecer técnico deverá ser protocolada como “Solicitações diversas”, no sistema SIGEA (site FUNDAI), juntamente com a documentação exigida nesta Portaria.

Art. 5º O prazo para emissão do parecer técnico pela Fundação será de até 30 (trinta) dias úteis, contado a partir da data de formalização do protocolo (adimplemento da taxa) desde que observados o cumprimento das exigências documentais.

Parágrafo único: Serão observadas as hipóteses de suspensão do prazo quando houver solicitação de complementação documental pelo órgão.

Art. 6º A cobrança pela análise será efetuada em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 3.344/2013, observando-se que para fins de cálculo, o dispêndio mínimo será de 8 (oito) horas/técnicas.

Parágrafo único: Conforme a complexidade de análise técnica dos estudos apresentados, poderá a FUNDAI solicitar a cobrança de horas/técnicas adicionais, exigindo a complementarização do valor da taxa.

Art. 7º O parecer a ser emitido terá caráter técnico-conclusivo quanto à situação da vegetação na data referencial, servindo de elemento de instrução de processos administrativos e de instrução probatória. O parecer não implica, por si só, homologação, regularização ou inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) por parte da Fundação.

Art. 8º Havendo necessidade de complementação documental ou técnica, o requerente será notificado para apresentar os elementos faltantes no prazo estipulado pela FUNDAI.

Parágrafo único: A ausência de complementação poderá implicar em arquivamento ou indeferimento do pedido.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Içara, 27 de novembro de 2025

JESSICA LAURINDO

CALEGARI:07841371969

Assinado de forma
digital por JESSICA

LAURINDO

CALEGARI:07841371969

Dados: 2025.11.27

11:55:42 -03'00'

Jessica Laurindo Calegari

Diretora Superintendente da FUNDAI